

ESTADO DE RONDÔNIA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE	
DIRETORIA DE COMPRAS	

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
03/SEMUSA/2026

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste

OBJETO

Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços especializados nas áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo assistência integral aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

VALOR TOTAL PREVISTO R\$ 404.160,00 (quatrocentos e quatro mil, cento e sessenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

30 dias

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

Sumário

1. DO OBJETO	2
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.....	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.....	4
4. DA HABILITAÇÃO	5
5. DOS RECURSOS.....	6
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	7
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	9
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS.....	9
9. DA CONTRATAÇÃO.....	9
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	9
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO.....	10
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL.....	10
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	10

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

CREDENCIAMENTO Nº 03/SEMUSA/2026

Processo Administrativo nº 1454/SEMUSA/2026

Torna-se público que o(a) Município de Machadinho D'Oeste - RO CNPJ nº. 22.855.142/0001-73, por meio do(a) Diretoria de Compras, sediado(a) Rua Rio de Janeiro, 3098, centro, Machadinho D'Oeste – RO, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma presencial, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados, sendo profissionais habilitados para prestação de serviços de saúde nas áreas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia e Fonoaudiologia, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Municipal de Machadinho D'Oeste – RO através da Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

2.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.8. A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico machadinhocpl@gmail.com, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

Item	Descrição	Unidade	QNT	Valor sessão
01	Prestação de serviços em Terapia Ocupacional: avaliação, planejamento e execução de intervenções terapêuticas voltadas ao desenvolvimento da autonomia, coordenação motora, integração sensorial e habilidades funcionais dos pacientes.	Sessão/Atendimento	500	R\$ 200,00
			Sendo dívida em 2 contratações de 250 atendimentos	
02	Prestação de serviços em Psicologia: avaliação psicológica, acompanhamento terapêutico, intervenções comportamentais e apoio psicossocial aos usuários e familiares.	Sessão/Atendimento	500 Sendo dívida em 2 contratações de 250 atendimentos	R\$ 175,00
03	Prestação de serviços em Fonoaudiologia: avaliação, diagnóstico e tratamento de distúrbios da comunicação, linguagem, fala, audição e deglutição.	Sessão/Atendimento	500 Sendo dívida em 2 contratações de 250 atendimentos	R\$ 156,66

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

04	Prestação de serviços em Fisioterapia Motora: avaliação e tratamento fisioterapêutico com foco na reabilitação motora, fortalecimento muscular, coordenação e mobilidade funcional.	Sessão/Atendimento	500 Sendo dividida em 2 contratações de 250 atendimentos	R\$ 133,33
05	Prestação de serviços em Fisioterapia Neurológica: avaliação e tratamento fisioterapêutico voltado a pacientes com disfunções neurológicas, visando reabilitação e melhoria da qualidade de vida.	Sessão/Atendimento	500 Sendo dividida em 2 contratações de 250 atendimentos	R\$ 143,33
VALOR TOTAL PREVISTO R\$ 404.160,00 (quatrocentos e quatro mil, cento e sessenta reais)				

3.1.1. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços.*

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2. Apresentar registro profissional e inscrição nos respectivos Conselhos de Classe;

4.3. Comprovar capacidade técnica para execução dos serviços especializados;

4.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

4.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.6. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por por cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor da administração, por processo eletrônico de verificação de autenticidade, ou mediante declaração de autenticidade assinada pelo próprio licitante, sob sua responsabilidade pessoal.

4.8. O órgão credenciante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.10. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

4.11. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

4.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.

4.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.13. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.14. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros) até a conclusão da fase de habilitação.

4.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

4.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 3 (três dias) úteis, sob pena de preclusão;

5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

- 5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://machadinho.ro.gov.br/>

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
 - 6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
 - 6.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
 - 6.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 6.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
 - 6.1.6. fraudar o credenciamento;
 - 6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 6.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 6.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 6.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
 - 6.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1. advertência;
 - 6.2.2. multa;
 - 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
- 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: machadinho@gmail.com ou <https://portal.licitanet.com.br/>

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 meses podendo ser prorrogados conforme art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 conforme previsto em Termo de referência item 6.5.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. *Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:*

10.2. A definição da ordem de convocação será realizada por meio de **sorteio público**, presencial, assegurando a impessoalidade e a aleatoriedade do processo.

10.3. O sorteio será realizado em sessão pública no próximo dia útil ao encerramento da fase recursal do credenciamento, sendo *30 de julho de 2026 às 09:00 (horário de local), onde todos os credenciados estarão concorrendo ao sorteio, que serão 02 para cada especialidade, de acordo com cronograma proposto pela secretária e seguem em anexo ao edita.*

10.4. O resultado do sorteio gerará uma **lista de ordenação inicial** para cada especialidade (Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia).

10.5. A distribuição dos pacientes seguirá estritamente a ordem da lista gerada, respeitando a capacidade de atendimento mensal declarada pelo credenciado no ato da inscrição. Novas contratações e encaminhamentos serão distribuídos de forma equitativa entre os credenciados aptos, de modo que um credenciado só receberá nova demanda após todos os demais da lista terem sido contemplados, ressalvados os casos de recusa formalizada ou perda de prazo de resposta.

10.6. Fica expressamente vedada a escolha direta do profissional ou da empresa por parte do usuário final do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a distribuição de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Saúde, baseada em critérios técnicos e na ordem do sorteio.

10.7. Os credenciados que venham a se homologar após a realização do primeiro sorteio (sistema de fluxo contínuo) serão incluídos automaticamente no **final da lista de ordenação vigente**.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o desc credenciamento quando houver:

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

- 11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após seu credenciamento ou convocação;
- 11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
- 11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de 30 (trinta) dias, a contar de 24 de junho de 2026.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/>.

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.5.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.5.1.2. ANEXO II - informativo de realização de sorteio para definição da ordem de contratação.

13.5.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

Machadinho D'Oeste - RO , 22 de junho de 2026

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

ANEXO I

Termo de Referência

Apêndice do Anexo I

Estudo Técnico Preliminar

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

ANEXO II

informativo de realização de sorteio para definição da ordem de contratação.

ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

ANEXO III

Minuta de Termo de Contrato



TERMO DE REFERENCIA ART. 6º XXIII LEI 14.133/21

1 OBJETO

Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços especializados nas áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo assistência integral aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar atendimento contínuo e especializado aos usuários da rede municipal de saúde, considerando a crescente demanda por serviços multiprofissionais voltados à reabilitação, promoção e recuperação da saúde.

Os serviços objeto deste credenciamento são essenciais para garantir o acesso da população aos atendimentos especializados, em conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos no Sistema Único de Saúde SUS.

O credenciamento mostra-se como a solução mais adequada para a Administração, tendo em vista a necessidade de disponibilização contínua dos serviços, permitindo a contratação de múltiplos prestadores aptos a atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços a serem contratados, com suas respectivas especificações, quantitativos e justificativas, encontram-se detalhados na tabela abaixo, que compõe parte integrante deste Termo de Referência.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Prestação de serviços em Terapia Ocupacional: avaliação, planejamento e execução de intervenções terapêuticas voltadas ao desenvolvimento da autonomia, coordenação motora, integração sensorial e habilidades funcionais dos pacientes.	Sessão/Atendimento	500
02	Prestação de serviços em Psicologia: avaliação psicológica, acompanhamento terapêutico, intervenções comportamentais e apoio psicossocial aos usuários e familiares.	Sessão/Atendimento	500
03	Prestação de serviços em Fonoaudiologia: avaliação, diagnóstico e tratamento de distúrbios da comunicação, linguagem, fala, audição e deglutição.	Sessão/Atendimento	500
04	Prestação de serviços em Fisioterapia Motora: avaliação e tratamento fisioterapêutico com foco na reabilitação motora, fortalecimento muscular, coordenação e mobilidade funcional.	Sessão/Atendimento	500

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
05	Prestação de serviços em Fisioterapia Neurológica: avaliação e tratamento fisioterapêutico voltado a pacientes com disfunções neurológicas, visando reabilitação e melhoria da qualidade de vida.	Sessão/Atendimento	500

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste no credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas especializadas para prestação de serviços nas áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia, visando suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e assegurar atendimento contínuo, eficiente e humanizado aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS.

O modelo adotado é o de credenciamento para contratação paralela e não excludente, fundamentado no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a contratação simultânea de múltiplos prestadores habilitados. Esta abordagem visa ampliar a capacidade de atendimento da rede pública municipal de saúde, reduzir filas de espera e garantir maior acesso da população aos serviços especializados.

Os atendimentos serão realizados conforme a necessidade da Administração e mediante encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde, observando os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas, normas técnicas e regulamentações dos respectivos Conselhos Profissionais. A execução dos serviços e a distribuição das demandas observarão rigorosamente os critérios de impessoalidade, aleatoriedade e rotatividade, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 4.175/2023.

A solução contempla:

- Atendimento ambulatorial especializado;
- Avaliação, acompanhamento e reabilitação dos pacientes;
- Emissão de relatórios, pareceres e evolução clínica quando solicitado;
- Atendimento individualizado conforme prescrição e encaminhamento profissional;
- Apoio à promoção, prevenção e recuperação da saúde dos usuários.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados e registrados nos respectivos Conselhos de Classe, garantindo qualidade, segurança e eficiência na assistência prestada.

O credenciamento mostra-se como a alternativa mais adequada para a Administração Pública, considerando a natureza contínua da demanda e a necessidade permanente de oferta dos serviços especializados à população, seguindo as diretrizes de vigência e prorrogação dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. Além de proporcionar maior flexibilidade administrativa e ampliação da rede de atendimento, o modelo evita a descontinuidade dos serviços e reduz a necessidade de abertura recorrente de processos emergenciais.

Dessa forma, a contratação por credenciamento contribui para assegurar maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde, garantindo que os pacientes não fiquem sem atendimento e possibilitando resposta mais rápida às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Para participação no credenciamento, as pessoas físicas ou jurídicas interessadas deverão atender aos requisitos mínimos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e capacidade operacional, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Os interessados deverão:

- Possuir inscrição regular no CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;
- Apresentar documentação comprobatória de habilitação jurídica;

- Comprovar regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Comprovar regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Apresentar registro profissional e inscrição nos respectivos Conselhos de Classe;
- Comprovar capacidade técnica para execução dos serviços especializados;
- Disponibilizar profissionais legalmente habilitados para a realização dos atendimentos;
- Manter condições técnicas, operacionais e estruturais adequadas à execução dos serviços;
- Garantir sigilo das informações, observância da ética profissional e atendimento humanizado aos usuários do SUS.

Os serviços serão executados mediante encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde, observando os protocolos assistenciais, normas técnicas e diretrizes do Sistema Único de Saúde SUS.

Considerando a necessidade de garantir o acesso dos usuários aos serviços especializados, bem como a viabilidade logística e operacional do transporte sanitário disponibilizado pelo Município, poderão ser credenciados prestadores localizados em qualquer localidade que possua condições de atender adequadamente os pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

A Administração poderá, no momento do encaminhamento dos usuários, observar critérios de economicidade, eficiência, disponibilidade de vagas, menor deslocamento dos pacientes e melhor atendimento ao interesse público, sem prejuízo da participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital.

A contratada ou credenciada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência do credenciamento, responsabilizando-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços.

Considerando a natureza contínua e essencial dos serviços, será exigida disponibilidade compatível com a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma a evitar interrupções na assistência aos pacientes.

A frequência dos atendimentos deverá ser rigorosamente observada, devendo o credenciado manter registros, prontuários, controles de presença e demais documentos comprobatórios da execução dos serviços, nos termos da legislação aplicável e das normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.1 RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

A credenciada deverá manter registro atualizado dos atendimentos realizados e, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, apresentar relatório de acompanhamento terapêutico contendo, no mínimo:

- identificação do paciente;
- período de atendimento;
- registro da frequência e comparecimento às sessões;
- descrição sucinta das atividades desenvolvidas;
- evolução do tratamento, observadas as normas éticas e técnicas da profissão;
- informações necessárias para subsidiar o acompanhamento da execução contratual.

Os relatórios serão utilizados exclusivamente para fins de acompanhamento assistencial, fiscalização contratual, auditoria dos serviços prestados e atendimento de determinações administrativas ou judiciais, observadas as normas relativas ao sigilo profissional e à proteção de dados pessoais.

4.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete à fiscalização:

- acompanhar a execução dos serviços e o cumprimento das condições estabelecidas no edital e no termo de credenciamento;
- verificar a regularidade dos atendimentos realizados;
- conferir a documentação apresentada para fins de pagamento;
- solicitar esclarecimentos, relatórios e informações complementares quando necessários;

- registrar ocorrências e comunicar eventuais irregularidades à autoridade competente para adoção das providências cabíveis.

A credenciada deverá permitir o pleno exercício da fiscalização, fornecendo todas as informações e documentos necessários ao acompanhamento da execução dos serviços.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, sanitárias, éticas e legais aplicáveis, bem como com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde e demais disposições constantes do edital e do instrumento contratual.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e contínua, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante encaminhamento formal dos pacientes aos estabelecimentos credenciados.

Os serviços especializados nas áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia deverão ser prestados por profissionais devidamente habilitados e registrados nos respectivos Conselhos de Classe, observando as normas técnicas, éticas, sanitárias e demais legislações aplicáveis.

Os atendimentos deverão ser realizados em ambiente adequado, com estrutura física compatível com a natureza dos serviços, garantindo segurança, acessibilidade, conforto e atendimento humanizado aos usuários do SUS.

A contratada deverá:

- realizar os atendimentos conforme agendamento e encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde;
- cumprir rigorosamente a frequência e carga horária estabelecidas para cada paciente;
- manter prontuários, registros de frequência e relatórios de acompanhamento atualizados;
- comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde quaisquer intercorrências, faltas recorrentes, necessidade de reavaliação ou impossibilidade de continuidade do atendimento;
- garantir continuidade dos atendimentos durante toda a vigência contratual, evitando interrupções que possam comprometer a evolução terapêutica dos pacientes.

Os atendimentos poderão ocorrer, preferencialmente, no Município de Machadinho D'Oeste ou nos municípios de Ariquemes e Porto Velho, considerando a logística de transporte sanitário utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde e a necessidade de assegurar maior eficiência e continuidade na prestação dos serviços.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidor designado, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais, qualidade dos atendimentos e compatibilidade dos serviços executados com as demandas encaminhadas.

O pagamento será realizado conforme a efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal devidamente emitida;
- Relatório dos atendimentos realizados no período;
- Registro de frequência dos pacientes atendidos;
- Encaminhamentos/autorização emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde, quando aplicável;
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas, conforme exigência legal;
- Demais documentos comprobatórios eventualmente solicitados pela fiscalização contratual.

Os documentos deverão ser atestados pelo fiscal do contrato ou servidor responsável pelo acompanhamento da execução, certificando a regular prestação dos serviços antes da realização do pagamento.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação completa e devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada por servidor(es) designado(s) pela Administração Pública, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a execução adequada, eficiente e em conformidade com as condições pactuadas.

6.1 DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Será designado formalmente, por meio de portaria ou instrumento equivalente, um gestor do contrato e, quando necessário, um ou mais fiscais do contrato, com atribuições específicas, considerando a natureza e a complexidade da execução contratual.

6.2 RESPONSABILIDADES DO GESTOR DO CONTRATO

Compete ao gestor do contrato:

- acompanhar a execução do contrato em todos os seus aspectos administrativos;
- verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto à regularidade dos atendimentos, frequência das sessões, qualificação dos profissionais e qualidade dos serviços prestados;
- manter comunicação permanente com a contratada, visando sanar dúvidas, orientar procedimentos e solicitar ajustes necessários para a adequada execução contratual;
- adotar as providências administrativas necessárias em caso de descumprimento das obrigações contratuais;
- encaminhar ao setor competente as informações necessárias para fins de medição, liquidação e pagamento dos serviços prestados.

6.3 RESPONSABILIDADES DO FISCAL TÉCNICO

Quando designado, o fiscal técnico será responsável por:

- verificar a conformidade dos serviços executados em relação ao objeto contratado;
- avaliar os relatórios de atendimentos e evolução terapêutica dos pacientes apresentados pelos profissionais responsáveis;
- realizar, quando necessário, visitas técnicas in loco para acompanhar a prestação dos serviços;
- registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- comunicar imediatamente ao gestor do contrato qualquer irregularidade verificada na execução.

6.4 COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Constatadas falhas ou irregularidades na execução contratual, o gestor do contrato deverá notificar formalmente a contratada, concedendo prazo razoável para a devida correção.

Em caso de reincidência ou descumprimento injustificado das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.5 PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do contrato decorrente do credenciamento terá prazo inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual ou da publicação do respectivo extrato,

conforme definido pela Administração.

Por se tratar de serviço de natureza contínua e essencial à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantagem para a Administração, observada a disponibilidade orçamentária e atendidos os requisitos previstos nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na regulamentação municipal aplicável.

A eventual prorrogação dependerá de manifestação expressa da Administração, mediante justificativa técnica e administrativa, comprovação da manutenção das condições de habilitação do credenciado e avaliação da regular execução dos serviços contratados.

A definição do prazo contratual visa assegurar a continuidade dos atendimentos especializados prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS, evitando a interrupção dos serviços e garantindo maior eficiência, economicidade e segurança na prestação da assistência à população. Ao término da vigência contratual, o contrato será considerado encerrado após a conclusão e comprovação da execução dos serviços realizados, permanecendo válidas apenas as obrigações e responsabilidades legais e contratuais remanescentes.

6.6 RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Compete à contratada, além de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no contrato administrativo, cumprir integralmente as seguintes responsabilidades:

I Executar os serviços contratados com qualidade, eficiência e regularidade, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo;

II Disponibilizar profissionais devidamente habilitados e registrados em seus respectivos Conselhos de Classe, com qualificação técnica compatível com os serviços de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia;

III Garantir que os profissionais responsáveis pelos atendimentos possuam experiência e capacitação adequadas, assegurando a correta execução dos procedimentos terapêuticos;

IV Cumprir rigorosamente a frequência e a quantidade de sessões estabelecidas, conforme cronograma previamente definido pela Secretaria Municipal de Saúde;

V Manter pontualidade e regularidade na realização dos atendimentos, evitando interrupções ou atrasos que possam comprometer o tratamento dos pacientes;

VI Manter registro atualizado de todos os atendimentos realizados, contendo data da sessão, identificação do profissional responsável, atividades desenvolvidas e evolução clínica do paciente;

VII Apresentar à Administração Municipal relatórios mensais de atendimentos, acompanhados da documentação comprobatória necessária para fins de fiscalização, medição e pagamento dos serviços;

VIII Garantir que o local de realização dos atendimentos possua estrutura física adequada, respeitando as condições mínimas de higiene, acessibilidade, segurança e conforto necessárias à execução dos serviços;

IX Comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer situação que possa comprometer a continuidade ou qualidade dos atendimentos, bem como eventuais intercorrências relacionadas aos tratamentos;

X Responsabilizar-se integralmente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, não gerando qualquer vínculo empregatício

entre os profissionais da contratada e a Administração Pública;

XI Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme legislação aplicável;

XII Atender prontamente às solicitações da Administração Municipal e às determinações do gestor ou fiscal do contrato, colaborando com as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada mensalmente, considerando os atendimentos efetivamente executados pela contratada, conforme encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e devidamente comprovados mediante documentação pertinente.

Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar:

- Nota Fiscal devidamente emitida;
- Relatório mensal dos atendimentos realizados;
- Registro de frequência dos pacientes atendidos;
- Relação nominal dos pacientes atendidos no período;
- Encaminhamentos/autorização emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde, quando aplicável;
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas;
- Demais documentos comprobatórios eventualmente solicitados pela fiscalização contratual.

A medição será realizada pelo fiscal do contrato ou servidor designado, que verificará:

- a regularidade da execução dos serviços;
- a compatibilidade entre os atendimentos realizados e os encaminhamentos emitidos;
- o cumprimento da frequência estabelecida;
- a conformidade dos relatórios apresentados;
- a qualidade e continuidade dos serviços prestados.

Somente serão considerados para pagamento os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação completa, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante ordem bancária em conta indicada pela contratada.

Caso sejam identificadas inconsistências, irregularidades ou ausência de documentação necessária, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências pela contratada.

Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, salvo hipóteses legalmente previstas na Lei nº 14.133/2021.

A Administração Pública poderá realizar auditorias, conferências e diligências a qualquer tempo para verificação da correta execução dos serviços e legitimidade das informações apresentadas para fins de medição e pagamento.

7.1 Sanções e Penalidades

O descumprimento das obrigações assumidas pela contratada, total ou parcialmente, bem como a execução irregular dos serviços, sujeitará a credenciada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, as seguintes penalidades:

- advertência;
- multa administrativa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Constituem, dentre outras, hipóteses passíveis de aplicação de penalidades:

- atraso injustificado na execução dos serviços;
- interrupção dos atendimentos sem justificativa aceita pela Administração;
- descumprimento da frequência e cronograma estabelecidos;
- prestação inadequada dos serviços;
- substituição de profissionais sem comunicação prévia à Administração;
- apresentação de documentação falsa ou irregular;
- descumprimento das determinações emitidas pela fiscalização contratual;
- reincidência em falhas na execução dos serviços.

A multa, quando aplicada, poderá ser fixada em percentual incidente sobre o valor mensal estimado do contrato, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme previsão contratual.

As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a natureza e gravidade da infração cometida.

A aplicação de sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública ou aos usuários dos serviços.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção dos fornecedores ocorrerá por meio de procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, considerando a inviabilidade de competição decorrente da possibilidade de contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas pela Administração Pública.

Poderão participar do credenciamento as pessoas físicas e jurídicas legalmente constituídas que atuem na prestação de serviços especializados nas áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e operacional previstas neste Termo de Referência e no edital de credenciamento.

O credenciamento permanecerá aberto durante o período estabelecido no edital, permitindo o ingresso de novos interessados a qualquer tempo, desde que preenchidos os requisitos exigidos pela Administração.

A habilitação dos interessados ocorrerá mediante análise documental, observando-se especialmente:

- Compatibilidade do objeto social (para pessoas jurídicas) ou formação profissional específica (para pessoas físicas) com os serviços pretendidos;
- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Comprovação de capacidade técnica;
- Registro profissional e/ou da empresa nos respectivos Conselhos de Classe;
- Apresentação de documentação exigida no edital e neste Termo de Referência.

Serão credenciados todos os interessados que atenderem às exigências estabelecidas, não havendo classificação por proposta de menor preço, considerando que o valor da contratação é definido previamente pela Administração de forma padronizada.

8.1. Da Distribuição da Demanda

Conforme o Art. 31 do Decreto Municipal nº 4.175/2023, caso não se pretenda a convocação simultânea de todos os credenciados, a distribuição das demandas será realizada por meio de sorteio, garantindo padrões estritamente impessoais, aleatórios e de rotatividade.

1. Ordem de Chamada: O sorteio formará uma lista para ordem de chamada. Os credenciados serão convocados seguindo rigorosamente sua posição nessa lista.
2. Rotatividade: Um credenciado só será chamado para executar novo objeto após todos os demais integrantes da lista terem sido convocados.
3. Novos Credenciados: Interessados que se credenciarem após o sorteio inicial serão posicionados na lista logo após o(s) credenciado(s) que possuir(em) o menor número de demandas.
4. Localidade: A Administração observará, na alocação da demanda, as condições técnicas e a localidade de execução, podendo direcionar atendimentos para prestadores em Machadinho D'Oeste, Ariquemes ou Porto Velho, visando a continuidade da assistência e a logística de transporte sanitário, desde que respeitados os critérios de impessoalidade do sorteio.

8.2. Requisitos para Convocação

Para cada demanda específica, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá documento contendo:

- Descrição detalhada da demanda e cronograma de atividades;
- Número de credenciados necessários e localidade da execução;
- Tempo e valores estimados para a contratação.

O credenciamento não gera obrigação de contratação imediata, ficando a efetiva utilização dos serviços condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos procedimentos de sorteio aqui descritos

9. ESTIMATIVA DO VALOR DO CONTRATO

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 404.160,00 (quatrocentos e quatro mil, cento e sessenta reais), considerando os quantitativos estimados de sessões e os valores

unitários obtidos mediante pesquisa de preços realizada pela Administração Pública.

A estimativa foi elaborada com base na demanda projetada pela Secretaria Municipal de Saúde para o período de 12 (doze) meses, visando assegurar a continuidade dos atendimentos especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS.

Os valores estimados contemplam a prestação de serviços especializados nas áreas de Terapia Ocupacional, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia Motora e Fisioterapia Neurológica, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à adequada execução dos serviços.

Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública, sendo os pagamentos realizados conforme a efetiva execução dos serviços e demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os valores referenciais utilizados para composição da estimativa constam no processo administrativo e foram definidos com observância aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação está prevista e compatível com a dotação orçamentária anual da Secretaria Municipal de Saúde, sendo vinculada à seguinte classificação:

- **Classificação Funcional:** 10 122 0024 2027 0000 Gestão Operacional das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros
- **Ficha:** 131

A existência de dotação orçamentária não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, ficando a execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e à disponibilidade financeira e orçamentária durante a vigência contratual.

Machadinho D'Oeste/RO, 09 de junho de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D'Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73



Documento assinado eletronicamente por **ANDRIELI DA SILVA LUZ, ASSESSOR (A) NÍVEL II - FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS**, em 09/06/2026 às 09:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURI VALLE, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL (C.C.)**, em 09/06/2026 às 11:15, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **992005** e o código verificador **5364AC07**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	LUANA ROCHA RODRIGUES DOS SANTOS	***.034.082-**	09/06/2026 10:57

Referência: [Processo nº 6-1754/2026](#).

Docto ID: 992005 v1



INFORMATIVO DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO.

A Secretaria Municipal de Saúde informa aos credenciados que será realizado sorteio público para definição da ordem de contratação, conforme previsto no **item 10 Critérios para Definição da Ordem de Contratação dos Credenciados** do Edital de Credenciamento.

Considerando a previsão de **500 (quinhentas) sessões/atendimentos** para cada especialidade, serão realizados sorteios para definição dos profissionais que executarão os serviços, sendo contemplados 02 (dois) profissionais por especialidade, com a distribuição de 250 (duzentas e cinquenta) sessões/atendimentos para cada profissional sorteado, totalizando 500 (quinhentas) sessões por especialidade.

Os sorteios serão realizados para as seguintes especialidades:

- Terapia Ocupacional;
- Psicologia;
- Fonoaudiologia;
- Fisioterapia Motora;
- Fisioterapia Neurológica.

A ordem definida por meio do sorteio será utilizada para fins de contratação, observadas as disposições constantes no edital e a necessidade da Administração.

Os profissionais credenciados deverão apresentar cronograma de execução dos atendimentos, contendo a disponibilidade de dias, horários e capacidade de atendimento, com a finalidade de subsidiar a organização, distribuição da demanda e efetivação das contratações decorrentes do sorteio.

O não encaminhamento do cronograma poderá inviabilizar a contratação, observadas as disposições previstas no edital e na legislação aplicável.

Machadinho D'Oeste/RO, 16 de junho de 2026.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D'Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73



Documento assinado eletronicamente por **AMAURI VALLE, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL (C.C.)**, em 16/06/2026 às 11:32, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **997593** e o código verificador **0A34BBFF**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANDRIELI DA SILVA LUZ	***.129.962-**	16/06/2026 09:06
2	LUANA ROCHA RODRIGUES DOS SANTOS	***.034.082-**	16/06/2026 09:35



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº de
Modalidade: Credenciamento nº ***
Processo nº. 1754/2026

Prefeitura Municipal de Machadinho
D'Oeste/RO
Publicado no Portal de Transparência
do Município, conforme Lei
Municipal nº 1.858/2019.

**INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
MACHADINHO D'OESTE/RO E DE OUTRO
LADO ***.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.047.937/0001-40, com sede e foro na comarca de Machadinho D'Oeste/RO, no presente ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Gestor do Fundo, Sr. **Amauri Valle** e pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**, doravante denominado CONTRATANTE, e

***, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº ***, com sede na ***, na cidade de ***, representada por ***, doravante denominada de CONTRATADA/CREDENCIADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 1754/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente instrumento decorrente da Credenciamento nº ***/2026, nas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO. O objeto do presente instrumento é a contratação de credenciamento p/ contratação de profissionais especializados nas áreas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia e Fonoaudiologia, p/ atender a SEMUSA, conforme memo. 98/2026, TR e docs anexos.

§1º. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II. O Edital do Credenciamento;
- III. A Proposta da Contratada; e
- IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

§2º. O fornecimento objeto do presente contrato será executado com fiel observância a este instrumento, ao Edital de Credenciamento nº ***/2026 e seus anexos, na proposta da contratada, nota de empenho e demais documentos constantes no Processo nº 1754/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA. DA VIGÊNCIA. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar a partir da assinatura do presente, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente e nos termos do §23 do artigo 31, do Decreto nº 4175/2023 e artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII e XVIII). O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

CLÁUSULA QUARTA. SUBCONTRATAÇÃO. O presente Contrato, bem como suas alterações, ficará subordinado às normas da Lei Federal 14.133/2021, ao **Decreto Municipal nº 4175/2023**, ao Edital de **Credenciamento** e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA. DO PREÇO. O preço global do presente contrato é de **R\$ 404.160,00 (quatrocentos e quatro mil, cento e sessenta reais)**, que correspondem ao valor do fornecimento dos produtos/serviços/realização dos serviços, relacionados na nota de empenho, que faz parte integrante do presente contrato.

§ 1º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 2º. O preço contratado poderá ser majorado ou reduzido, mediante requerimento/solicitação com justificativa fundamentada, e após cumpridas as exigências legais, mediante apresentação de planilha de custos onde se comprove a modificação de preços por parte da Agência Reguladora e apresentação por parte da empresa da portaria indicativa do percentual de reajuste fornecido pela agência (se for o caso), ou do fator que determine a excessiva oneração do contrato.

CLÁUSULA SEXTA. DO PAGAMENTO. O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovado o adimplemento da CONTRATADA em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do parágrafo único do art. 10 do Decreto Municipal nº 4.184/2023 e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao Decreto Municipal nº 3.293/2019.

§ 1º. No corpo da nota fiscal deverão constar obrigatoriamente as seguintes referências:

- a) a especificação do objeto entregue;
- b) o número do processo que deu origem à contratação;
- c) o número de identificação do convênio que deu origem aos recursos orçamentários, se for o caso;
- d) o número da conta e agência do beneficiário.

§ 2º. A CONTRATADA deverá fornecer os dados bancários necessários para a realização do pagamento, sob pena de retenção mesmo até que a CONTRATADA apresente as informações necessárias para o pagamento, sendo vedado o pagamento em cheque administrativo.

§ 3º. O não fornecimento ou a informação errônea dos dados bancários pela CONTRATADA, eximem a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pelo não pagamento ou no atraso do mesmo.

§ 4º. Não serão feitos pagamentos em nome de terceiros, ou em conta bancária que não seja de titularidade da CONTRATADA, ainda que a conta bancária indicada seja de titularidade do proprietário ou se sócio, na qualidade de pessoa física ou jurídica.

§ 5º. Por ocasião do pagamento, a CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias exigidas pela legislação vigente, inclusive aquelas relativas à Instrução Normativa MPS/SRP Nº. 3, de 14 de julho de 2005 - DOU de 15/07/2005.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

§ 6º. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

§ 7º. Nos casos em que a verba orçamentária tenha sua origem em convênio e programas realizados entre a prefeitura e os órgãos ou Governo Federal e Estadual, a nota fiscal citada no parágrafo anterior deverá conter o nome e o número do convênio e órgão ou governo do qual se originou e a fonte de recursos.

§ 8º. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. A despesa com a execução do presente Contrato correrá, no presente exercício, por conta da seguinte dotação orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

II - Classificação Funcional: 10 122 0024 2027 0000 (Gestão Operacional das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde);

III - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA);

IV - Valor: R\$ 404.160,00 (quatrocentos e quatro mil, cento e sessenta reais)

V - Fonte de Recursos: Fundo Municipal de Saúde

VI - Processo nº: 1754/2026

CLÁUSULA OITAVA. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO. O presente contrato terá prazo de:

I - Vigência, de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e

II - Execução: especificado no T.R anexo ao Edital de Credenciamento.

§ 1º. Os prazos acima serão automaticamente prorrogados independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, de acordo com o *caput* do artigo 111, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

§ 2º. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

I - a CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas, nos termos da CLÁUSULA Vigésima Primeira e às multas contratuais previstas na CLÁUSULA Vigésima Segunda, deste Contrato;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei e neste contrato para a continuidade da execução contratual.

§ 3º. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 4º. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

§ 5º. Ocorrendo a paralisação ou suspensão do contrato por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

CLÁUSULA NONA. DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela CONTRATADA, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância da CONTRATADA.

§ 2º. Na hipótese prevista no inciso I do *caput* desta Cláusula, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA. DAS ALTERAÇÕES. O presente CONTRATO poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior, nos seguintes casos:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento do objeto contratado;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações no contrato ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º. Será aplicado o disposto na alínea "d" do inciso II do *caput* desta Cláusula, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias aa CONTRATADA.

§ 3º. As alterações unilaterais a que se refere o inc. I desta Cláusula não poderão transfigurar o objeto da contratação.

§ 4º. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

§ 5º. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não podendo exceder este limite, exceto nas supressões resultante de acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. Eventual diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

§ 2º. Nas alterações contratuais para supressão, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e os disponibilizados à Administração, estes deverão ser pagos, desde que regularmente comprovados, e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. DOS REAJUSTES. Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 1 (um) ano, a partir da data de apresentação da "PROPOSTA".

§ 1º. Após o interregno de 1 (um) ano previstos no Item anterior, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido reajuste de preços para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro desta avença, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE.

§ 2º. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

§ 3º. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DO REEQUILÍBRIO, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS. Para manter o equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do § 5º, do art. 103 e al. "d", do inc. II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, permite-se a revisão dos preços, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º. A CONTRATADA deverá formular requerimento com justificativa fundamentada por escrito, devidamente instruído com planilha de custos comprovando a modificação dos preços, o valor do percentual de aumento, juntamente com cópia da nota fiscal de compra, ou cópia da comprovação do aumento, e em caso de redução no valor a CONTRATADA deverá proceder da mesma forma, comunicando por escrito a CONTRATANTE.

§ 2º. A CONTRATANTE processará e decidirá quanto ao pedido de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro em até 1 (um) mês, a contar da data do recebimento do pedido, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. DA FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA obriga-se a entregar objeto desta licitação, na forma estabelecida no termo de referência, planilhas e documentos juntados ao processo 1754/2026, visando assegurar sua plena execução, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

§ 1º. A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratado nos prazos e condições determinados no Termos de Referência anexo ao Edital, sob pena de incorrer em mora e sujeição às penalidades contratuais previstas neste Contrato.

§ 2º. A requisição/ ordem de entrega deverá ser assinada pela Contratada no prazo determinado pela Administração, podendo ser prorrogado por mesmo prazo, desde devidamente justificado, sendo que, o atraso incorrerá em mora, e, a recusa acarretará em inexecução total do contrato, quando não forem devidamente justificadas ou as razões não forem aceitas pela Administração, sujeitando a Contratada as consequências e penalidades previstas em Lei e neste Contrato.

§ 3º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, que deverá:

I - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

III - ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no § 3º desta Cláusula, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

§ 5º. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. DO RECEBIMENTO. O objeto do contrato será recebido:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

I - **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

II - **definitivamente**, que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

§ 1º. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º. Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

§ 3º. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

§ 4º. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 5º. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

§ 6º. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações, a CONTRATADA se obriga, substituí-los às suas expensas, após a notificação da CONTRATADA, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que sejam sanadas as inconformidades detectadas.

§ 7º. A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas, os produtos/serviços/serviços que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 119, lei 14.133/21).

§ 8º. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

§ 9º. Em todo caso de rejeição dos produtos/serviços, a CONTRATADA será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

§ 10. O servidor ou comissão de recebimento da **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos/serviços.

§ 11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

§ 12. O prazo para a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

§ 13. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da CONTRATADA.

§ 14. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à CONTRATANTE para aplicação de eventuais penalidades.

§ 15. Havendo necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e o fornecimento considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. São de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA:

I - a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

II - pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

III - pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Parágrafo único. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. DA GARANTIA. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

publicitária, devendo atender aos requisitos do CDC, seguindo-se os prazos nele estabelecidos, conforme cada caso.

§1º. O início da contagem do período de garantia dar-se-á após o recebimento definitivo do serviço.

§2º. Durante o período de garantia do produto/serviço, a empresa contratada deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela troca do objeto sem quaisquer ônus para a Administração Pública em caso de defeito oculto do material.

§3º. O prazo para substituição dos itens danificados, que estejam dentro do prazo de garantia, será de no máximo de 30 (trinta) dias.

§4º. Os produtos/serviços ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

§5º. Os produtos/serviços ora solicitados devem atender os parâmetros e quesitos legais exigidos pela agência nacional de saúde (ANVISA), tendo a empresa vencedora que demonstrar documentalmente que atende o solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. DAS OBRIGAÇÕES. Constituem obrigações das partes:

I - Da **CONTRATADA/CREDENCIADA**, além das que forem estipuladas no Termo de Referência e no Edital de **Credenciamento** nº ***/2026:

- a) executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço ou fornecimento de bens em conformidade com as especificações básicas constantes do edital;
- b) ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;
- c) responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio da secretaria municipal, do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- d) manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;
- e) justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço ou o fornecimento do bem, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução;
- f) responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa da secretaria municipal, do órgão ou entidade contratante;
- g) manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela secretaria municipal, órgão ou entidade contratante;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

-
- h) cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas;
- i) conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades da secretaria municipal, do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso;
- j) apresentar, quando solicitado pela secretaria municipal, órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber;
- k) manter as informações e dados da secretaria municipal, do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado;
- l) observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.
- m) efetuar a entrega dos produtos/serviços no prazo e local, indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, se for o caso;
- n) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- o) o dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir ou remover ou refazer, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia, o produto/serviço com avarias ou defeitos que venham a apresentar;
- p) responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto contratado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino, assim como as condições de transporte, seja de que tipo for, e as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.;
- q) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- r) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive as elencadas no Termo de Referência e no Edital;
- s) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos da Cláusula Nona deste contrato;
- t) arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

u) assumir relativamente a seus empregados e prepostos, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, inclusive em caso de acidente de trabalho, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE, que com estes não terá quaisquer vínculos empregatícios.

II - Da CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- b) proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;
- c) prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;
- d) fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;
- e) garantir o acesso e a permanência dos empregados do contratado nas dependências da secretaria municipal, do órgão ou entidades contratantes, quando necessário para a execução do objeto do contrato;
- f) efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- h) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
- i) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- j) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- k) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- l) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o
- m) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- n) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Contrato;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

- o) Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- p) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- q) A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- r) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- s) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- t) Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATADA, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- u) Fornecer, por escrito, as informações necessárias para a execução do objeto do contrato.
- v) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- w) Previamente à expedição da ordem de fornecimento, verificar pendências e adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. DA RESCISÃO. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade CONTRATANTE;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão judicial.

IV - por iniciativa da CONTRATADA.

§ 2º. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 3º. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, autoriza a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 4º. O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração pelo fornecimento;

§ 5º. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 4º desta Cláusula observarão as seguintes disposições:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 6º. No caso de rescisão a pedido da CONTRATADA, os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser notificados pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§ 7º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS. O CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.486/2013.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item I da CLÁUSULA anterior, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - multa, será calculada na forma da CLÁUSULA vigésima segunda, e poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na CLÁUSULA anterior;

III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens II a VII da Cláusula anterior, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens VIII a XII da Cláusula anterior, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Cláusula anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item III, desta CLÁUSULA, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

§ 3º. A sanção de **declaração de inidoneidade** será precedida de análise jurídica, e é de competência exclusiva do **Secretário Municipal de Saúde e Saneamento**.

§ 4º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 5º. A aplicação das sanções previstas no *caput* desta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

§ 6º. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 7º. A aplicação das sanções previstas nos III e IV, do *caput* desta Cláusula requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos dos arts. 158 a 161 da Lei Federal nº 14.133/2001.

§ 8º. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, conforme Cláusula vigésima segunda deste Contrato, e sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2001.

§ 9º. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

§ 10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 12. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2001 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 13. Nenhuma parte será responsável perante a outra por atrasos ocasionados por motivos de força maior ou caso fortuito, considerando-se como tanto: ato de inimigo público, guerra, revolução, epidemia, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbação civil ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes, conforme art. 137, §3º da Lei Federal nº 14.133/2001.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

§ 14. A aplicação de quaisquer penalidades ora previstas, não será motivo impeditivo para a rescisão do contrato pelo descumprimento de cláusulas contratuais, ou por inexecução parcial ou total do objeto contratado.

§ 15. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, respeitados o direito à defesa prévia e recursos administrativos nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. DAS MULTAS CONTRATUAIS. No caso de descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como aquelas constantes no Edital, no Projeto Básico e Executivo e na proposta vencedora do Edital de **Credenciamento** nº *****/2026**, que também fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, o CONTRATADO estará sujeito a aplicação de multa nos seguintes termos:

§ 1º. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - **Advertência**, se inferior a 5 dias;

II - **Multa de mora** progressiva e acumulativa, calculada sobre o valor do contrato, levando-se em consideração o prazo de execução e/ou entrega, e se dará seguinte forma:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento), após 10 (dez) dias;
- b) 1% (um por cento), após 15 (quinze) dias;
- c) 2% (dois por cento), após 20 (vinte) dias;
- d) 5% (cinco por cento), após 25 (vinte e cinco) dias;
- e) 10% (dez por cento), em ocorrendo mora superior a 30 (noventa) dias, e caracterizará a inexecução total ou parcial do contrato, sujeitando a CONTRATADA também às sanções correspondentes, bem como acarretará a rescisão unilateral do Contrato por culpa da CONTRATADA, nos termos das CLÁUSULAS deste Contrato.

§ 2º. Pelas infrações administrativas previstas na CLÁUSULA Dezenove deste contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA **multa compensatória**, que poderá **variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a até 30% (trinta por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, observando-se a graduação de acordo com os critérios estabelecidos no § 1º, em conformidade com o art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue abaixo:

- I - incisos VIII a XII: de 20% a 30%;
- II - inciso III: de 15% a 30%;
- III - inciso II: de 5 % a 20%;
- IV - inciso VII: de 0,5% a 10%;
- V - inciso I: de 0,5% a 10%;
- VI - incisos IV a VI: de 0,5% a 30%.

§3º. As multas aludidas nesta Cláusula podem ser aplicadas em conjunto ou separadamente entre si, e não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções e medidas administrativas previstas neste Contrato, com fundamento nos arts. 137 e 138, sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

prejuízo das consequências do art. 139 e das penalidades descritas no art. 156 e 162, todos Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital e demais cláusulas deste Contrato.

§ 4º. Após devidamente convocada, a CONTRATADA deverá assinar o presente contrato no prazo determinado pela CONTRATANTE, sob pena do atraso ou a recusa injustificada de o fazê-lo, sujeita-la à multa prevista no § 2º, desta Cláusula.

§ 5º. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, bem como a compensação de outros créditos que eventualmente a CONTRATADA possua a seu favor, e, caso ainda remanesça o débito, a inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial, conforme § 8º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 6º. Não sendo pagas no prazo previsto no item anterior, haverá incidência de juros de mora e correção monetária, nos termos previsto no artigo 406 do Código Civil.

§ 7º. As multas previstas nesta Cláusula não têm efeito compensatório e, consequentemente, o pagamento dela não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos que forem causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência de culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS. Dos atos da Administração decorrentes deste contrato caberá

I - recurso dirigido à Secretário Municipal de Saúde e Saneamento, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão unilateral do contrato;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º. O recurso de que trata o inciso I do **caput** desta CLÁUSULA será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III, do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV, do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

§ 4º. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 5º. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

§ 6º. O interessado deverá interpor recurso dirigido a autoridade superior, por escrito, fundamentado e devidamente instruído com os documentos que se fizerem necessários, respeitados os prazos estipulados nesta CLÁUSULA.

§ 7º. As intimações dos atos referidos nesta CLÁUSULA será dirigido ao representante legal indicado no contrato e poderá feito por:

I - pessoalmente;

II - por meio eletrônico (*e-mail*) ou contato telefônico, devendo o servidor responsável certificar no processo os dados do representante da Contratada, do e-mail/telefone, a data e a hora em que foi realizada o ato;

III - por correspondência com aviso de recebimento (AR);

IV - por edital em caso de não localização da contratada ou de seu representante legal;

§ 8º. Todos os atos referidos nesta CLÁUSULA deverão ser publicados na imprensa oficial e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. DOS CASOS OMISSOS. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/ 2021, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e Normas e Princípios Gerais dos Contratos, e ainda o Decreto Regulamentador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS: A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

I - A Administração convocará o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2001 e neste Contrato.

II - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo, justificado aceito pela Administração;

III - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município/Contratante.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA

Avenida Rio de Janeiro, nº 3098, Centro.
Fone: (069) 3581.3016 (SEMADFAZ), 3581.3460 (CONTROLADORIA),
3581.3723 (GABINETE) CEP: 76.868-000

IV - É obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. DA PUBLICAÇÃO. A CONTRATANTE divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, em respeito ao Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos e para que atinja a eficácia desejada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) e o Decreto Municipal nº 4802/2025, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

I. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

II. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

III. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

IV. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. DO FORO. Fica eleito o Foro da cidade de Machadinho D'Oeste/RO, para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste Contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, depois de lido e achado conforme assinam este instrumento, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Machadinho D'Oeste/RO, .

CNPJ/MF n ***
Contratada

Município de Machadinho D'Oeste/RO
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito

Amauri Valle

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento



Município de Machadinho do Oeste

22.855.142/0001-73
Av. Rio de Janeiro
www.machadinho.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	01	22/05/2026

ID: **980792**

CRC: **A4679788**

Processo: **6-1754/2026**

Usuário: **WINNE CAROLINE MARTES FERREIRA**

Criação: **22/05/2026 08:57:32** Finalização: **22/05/2026 09:02:04**

Processo



Documento



MD5: **07310F3785A8B24FFE04BDA24DD227A4**

SHA256: **9B565B36C4BD1F49B391957B1C1547296C1BFD01D7B515C394DB8A369123E8C0**

Súmula/Objeto:

1754-2026 - credenciamento - contratação de serviços - semusa - fisioterapia e outros

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

22/05/2026 08:57:32

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

22/05/2026 08:57:32

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.machadinho.ro.gov.br informando o ID 980792 e o CRC A4679788.